

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, LEITURAS, CONCEITOS E MÚLTIPLOS OLHARES!

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16615>

Carlos Eduardo Ruschel Anes¹
Pedro Luís Büntenbender²



Resenha do livro: Dallabrida, Valdir Roque. *Desenvolvimento, ser ou não ser, eis a questão!* Ideias para repensar o entendimento atual sobre desenvolvimento e validar a noção de “desenvolvimento territorial”. Curitiba: CRV, 2024. 128 p.

O livro propõe uma reflexão profunda sobre as concepções atuais a respeito de desenvolvimento, questionando a validade de modelos tradicionais que ainda associam crescimento econômico como seu principal critério. Inspirado pela frustração de décadas de estudos e publicações que se limitam a visões distorcidas e disciplinares, Valdir Roque Dallabrida oferece uma perspectiva inovadora: o desenvolvimento territorial é proposto como possibilidade de avanços. Nesse enfoque são colocadas em primeiro plano a sustentabilidade, a felicidade e o bem comum, tomados aqui como pilares essenciais de qualquer estratégia socioeconômica verdadeiramente transformadora.

Com uma linguagem acessível e voltada tanto para leitores acadêmicos como para o público em geral, o autor com reconhecida trajetória acadêmica e vivências empíricas de liderança educacional e comunitária, desafia as convenções acadêmicas ao buscar descomplicar conceitos muitas vezes isolados em jargões

¹ Pós-Doutorando em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unijuí), doutor em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unisc), professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGDPP/UFFS). carlos.anes@uffs.edu.br <https://orcid.org/0000-0001-7508-3777>

² Doutor em Administração (Unam/Argentina e UFMS/Brasil), pós-doutor em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS), mestre em Gestão Empresarial (FGV/Ebape), administrador (Unijuí), docente do Programa de Pós-Graduação PPGDR/Unijuí. Bolsista Pesquisador Produtividade CNPq e Pesquisador Gaúcho-Fapergs. Supervisor da Bolsa Produtividade Sênior do Autor do Livro (CNPq Chamada n. 32/2023). pedrolb@unijui.edu.br <https://orcid.org/0000-0002-7011-8552>

especializados. A proposta é clara: é possível repensar o desenvolvimento de forma crítica, superando os paradigmas hegemônicos, eurocêtricos e colonizadores que ainda influenciam grande parte do pensamento ocidental.

Assim, ao adotar uma aproximação interdisciplinar e contra-hegemônica, o livro estabelece um diálogo com autores como o geógrafo doutor Marcos Saquet, que propôs uma “in(sub)versão” do entendimento de desenvolvimento. Este giro cognitivo defende a superação de modelos colonialistas e a criação de novas formas de pensar o território e a economia, a fim de construir sociedades mais justas, sustentáveis e felizes.

No primeiro capítulo, intitulado *A compreensão do que venha a ser desenvolvimento, resgatando publicações pessoais* – primeira parte – Dallabrida apresenta o conceito de desenvolvimento e resgata contribuições de suas próprias pesquisas e publicações ao longo de décadas. Para se referir a um processo de desenvolvimento de um município ou região, o autor destaca que irá utilizar a expressão “desenvolvimento territorial”, uma questão relevante para a compreensão de seus argumentos. Dallabrida tece, ainda, corajosas críticas ao modelo capitalista e seus impactos negativos sociais, políticos e ambientais, propondo um novo paradigma baseado em sustentabilidade, felicidade e bem comum.

A autonomia territorial é outro ponto central abordado neste capítulo – Dallabrida defende a participação ativa das comunidades locais para que possam criar seus próprios modos de desenvolvimento, sem subordinação aos interesses globais. O autor também discute a inovação territorial, a qual julga – de modo certo, evidentemente – que deve beneficiar a vida cotidiana e produtiva das pessoas, integrando o conceito de inteligência territorial e promovendo aprendizado coletivo entre sociedade, empresas, Estado e universidades.

Com uma abordagem interdisciplinar, o capítulo evidencia a necessidade de uma compreensão do desenvolvimento que ultrapassa as visões tradicionais que limitam o debate às dimensões econômicas. Trata-se, portanto, de uma defesa vigorosa de um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo socialmente justo, ambientalmente sustentável e politicamente inclusivo.

Já o segundo capítulo, que recebeu o título de *A compreensão do que venha a ser desenvolvimento, resgatando publicações pessoais* – segunda parte, aborda a gestão societária no desenvolvimento territorial, focando no conceito de governança territorial. Aqui, o autor destaca a importância da participação dos atores locais no planejamento e gestão dos territórios, promovendo um processo democrático e inclusivo que envolve o setor público e a sociedade. Exemplos práticos incluem a análise da Região Fronteira Noroeste (RS), na qual novas instituições foram criadas para facilitar o diálogo entre o setor público, privado e a sociedade civil, que resultou na criação do Fórum Regional de Desenvolvimento e em um planejamento estratégico inovador.

O conceito de governança territorial, formalmente introduzido em 2003, é apresentado como a articulação de diferentes grupos sociais para gerenciar territórios, defender seus interesses e promover o desenvolvimento. O autor também ressalta a importância de adaptar essa governança à era digital, de modo a capacitar os atores territoriais para lidar com novos desafios.

Por fim, o capítulo discute *o patrimônio territorial*, definido como os recursos materiais e imateriais acumulados historicamente em um território, e sugere que a ativação desse

patrimônio é fundamental para o desenvolvimento territorial. Para Dallabrida, parafraseando o autor italiano Alberto Magnaghi, o território é visto como um sistema vivo, cuja identidade precisa ser preservada e continuamente revalorizada. Como é possível perceber, este é um tópico demasiadamente relevante para nossos dias!

No capítulo 3, cujo título é *Indicativos para se atingir o desenvolvimento, tendo como base as contribuições do economista brasileiro Celso Furtado*, Dallabrida debruça-se sobre as contribuições de Celso Furtado, renomado economista brasileiro cujas ideias têm influenciado discussões sobre desenvolvimento em países latino-americanos, especialmente nas regiões periféricas. A crítica de Furtado à concentração de poder produtivo e a ideia de que o subdesenvolvimento é um problema histórico que só pode ser superado por meio de um projeto político fundamentado em um conhecimento sólido da realidade social são particularmente impactantes. Nessa mesma perspectiva, Dallabrida retoma as concepções de Brandão, que complementam essa visão: isso porque Brandão enfatiza que o desenvolvimento é um processo multidimensional que deve começar nas comunidades locais, mas também levar em conta mudanças em âmbitos nacional e internacional.

O Capítulo 4, *Princípios balizadores do processo de desenvolvimento: sobre sustentabilidade*, explora as premissas do desenvolvimento sustentável, enfatizando a importância do uso consciente dos recursos naturais para garantir o bem-estar das futuras gerações. Para fomentar sua discussão, Dallabrida ressalta que as discussões sobre sustentabilidade baseiam-se em visões como a Biocêntrica, que valoriza a natureza como um ente intrínseco, e a crítica à visão Coevolutiva, que vê os recursos naturais como quase infinitamente substituíveis.

Sem se deter somente a tais questões, o que já seria uma proposta admirável, Dallabrida também aborda outras visões, como o Ecocentrismo, que reconhece a interdependência de todas as formas de vida, e o Sencientismo, que prioriza a ética do bem-estar animal. Apesar de a ética antropocêntrica ainda ser predominante em muitos setores, novas posturas que valorizam o meio ambiente estão emergindo, fato que reflete a necessidade de uma mudança de mentalidade.

Um foco especial é dado ao setor agropecuário, que enfrenta tensões entre a produtividade e os impactos ambientais – uma discussão notadamente relevante para nosso contexto atual. Como é amplamente sabido, a agricultura industrial, embora produtiva, causa sérios problemas de poluição e contaminação. Em contrapartida, portanto, a agroecologia é apresentada como uma alternativa viável, pois integra saberes tradicionais e conhecimentos científicos para promover uma prática agrícola sustentável.

Por fim, o conceito de agricultura regenerativa é destacado como um modelo promissor que visa a restaurar a saúde do solo e a biodiversidade. O desafio que se apresenta é transformar a visão econômica atual em uma que valorize a sustentabilidade, garantindo um futuro mais equilibrado para as gerações vindouras.

Já no Capítulo 5 do livro, *Princípios balizadores do processo de desenvolvimento: sobre bem comum, bens de uso comum e bem-estar*, Dallabrida explora os princípios que fundamentam o desenvolvimento, focando na ideia de bem comum, bens de uso comum e bem-estar. Como é amplamente sabido, a noção de bem comum é uma alternativa aos interesses individuais ou corporativos. Basicamente, como bem ressalta o autor, o bem comum abrange tudo que é de interesse público, ou seja, tudo que pode trazer benefícios à sociedade como um todo, não se

restringindo a um pequeno grupo. Nesse contexto, Dallabrida retoma a autora Elinor Ostrom, que traz uma contribuição importante ao introduzir o conceito de “recursos de uso comum”.

Outro aspecto que merece destaque são os saberes específicos de um povo que são transmitidos de geração em geração – esses conhecimentos podem se manifestar na culinária, como receitas tradicionais, ou em técnicas de fabricação de artesanato, por exemplo. Além disso, eventos culturais e festas que celebram a história e as tradições de uma região também se enquadram nessa categoria de bens de uso comum.

Nesse sentido, assim como os recursos naturais, Dallabrida nos relembra que os recursos criados pelo homem precisam ser preservados e cuidados para garantir que possam ser usufruídos por todos, tanto na atualidade quanto no futuro. Essa preservação é fundamental para que possamos falar em desenvolvimento, especialmente em desenvolvimento sustentável. Ao promover a valorização desses bens, contribuimos para uma sociedade mais justa e equilibrada, em que o bem-estar de todos é priorizado.

O Capítulo 6, *Princípios balizadores do processo de desenvolvimento: sobre felicidade*, por seu turno, conduz o leitor a uma reflexão sobre a felicidade e sua conexão essencial com o desenvolvimento. O autor, com grande sensibilidade, inicia esse capítulo apresentando uma definição provocativa de felicidade, extraída de um artigo de renomados psiquiatras: “A felicidade é uma emoção básica caracterizada por um estado emocional positivo, com sentimentos de bem-estar e de prazer, associados à percepção de sucesso e à compreensão coerente e lúcida do mundo.” Essa passagem não apenas define o conceito, mas também nos faz perceber como a felicidade é formada por valores, entrelaçando bem-estar, alegria e um senso de realização.

Nesse sentido, o autor destaca que a felicidade é uma experiência subjetiva, uma noção que ressoa em muitos leitores, pois nos convida a entender que ela não depende exclusivamente de fatores externos. O reconhecimento de que ser feliz não está necessariamente ligado a condições financeiras ou a um padrão de vida elevado é um ponto crucial que ele elabora com habilidade, embora Dallabrida também ressalte que é difícil ser feliz em situações de precariedade material. Citando Cremonese, o autor nos faz refletir sobre a felicidade como uma busca pessoal, desprovida de moldes impostos pela sociedade.

A forma como o autor conecta a felicidade com o desenvolvimento é notável. Ele nos convida a pensar que o sucesso de uma sociedade não se mede apenas por indicadores econômicos, mas também pelo bem-estar e satisfação de seus cidadãos. Este capítulo é uma ode à ideia de que, para um desenvolvimento sustentável, é fundamental que todos tenham a oportunidade de perseguir suas próprias definições de felicidade. A clareza e a profundidade das reflexões apresentadas aqui tornam este capítulo não apenas uma leitura, mas uma verdadeira jornada de autodescoberta e compreensão da coletividade. Afirmamos, sem medo de errar, que este capítulo é um convite irresistível para que cada um de nós repense nossa própria noção de felicidade e como podemos contribuir para a felicidade coletiva.

No Capítulo 7: *Uma crítica às abordagens sobre desenvolvimento e avanços possíveis na validação da abordagem territorial*, o autor apresenta uma incisiva análise crítica sobre as abordagens tradicionais de desenvolvimento, abrindo espaço para reflexões necessárias e possíveis avanços no campo, especialmente na validação da abordagem territorial. O autor, com maestria e clareza, expõe as limitações dos estudos atuais, que continuam a privilegiar o

viés econômico em detrimento de uma visão mais ampla e integrada do desenvolvimento. Ele não apenas pontua essa crítica, mas também ressalta que, infelizmente, esse debate ainda se mantém restrito a círculos acadêmicos limitados.

Neste capítulo o autor também nos brinda com a proposta inovadora do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (Imap), uma metodologia que representa um avanço significativo para a efetivação da abordagem territorial do desenvolvimento. A ideia de “ativação” trazida por essa proposta convida-nos a transformar recursos ainda não utilizados em ativos territoriais que visam a contribuir com o desenvolvimento de maneira integral – tanto no sentido socioproductivo quanto na melhoria da qualidade de vida das pessoas que habitam o território.

O autor nos conduz, de forma instigante, pelos princípios que sustentam essa abordagem multidimensional, debatendo temas centrais como a sustentabilidade ambiental, inclusão e equanimidade, inovação e autonomia, entre outros. Cada um desses princípios é cuidadosamente articulado dentro de um referencial teórico que dialoga com teorias contemporâneas, como a Nova Teoria dos Sistemas e a Teoria da Complexidade. Esses campos do conhecimento não apenas enriquecem o debate, mas também servem como um farol que aponta para novas possibilidades para o planejamento e a construção de futuros desejáveis em territórios ou regiões.

A forma como o autor constrói esse diálogo, equilibrando teoria e prática, é digna de reconhecimento – isso porque Dallabrida oferece uma visão clara sobre como podemos superar as abordagens disciplinares limitadas e avançar para um entendimento mais abrangente, capaz de abraçar as múltiplas dimensões da realidade territorial. Este capítulo não apenas propõe, mas também desafia o leitor a repensar o desenvolvimento, questionando os modelos tradicionais e nos apresentando um caminho promissor e mais alinhado com as demandas do mundo contemporâneo.

O Capítulo 8, *Alguns exemplos práticos do que seja, ou não, o desenvolvimento*, apresenta uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento contemporâneo e destaca a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento. Para tanto, o autor expõe como o modelo capitalista atual promove práticas ecologicamente destrutivas e socialmente injustas, como os incêndios florestais e a devastação das florestas nativas. Dallabrida então aponta para a necessidade de fiscalização e questiona as narrativas que celebram o agronegócio como solução.

O capítulo também menciona iniciativas de práticas agroecológicas e agricultura regenerativa como alternativas viáveis, ressaltando que é possível cultivar de maneira sustentável e promover a saúde das comunidades. Em última análise, o autor incita-nos a repensar nossas concepções de desenvolvimento, propondo um foco na qualidade de vida e na justiça social, e nos inspira a ser agentes de mudança para um futuro melhor.

O Capítulo 9, intitulado *A abordagem territorial para a superação da visão tradicional sobre desenvolvimento*, convida-nos a repensar a forma como compreendemos e vivenciamos os territórios. O autor inicia sua reflexão citando o renomado geógrafo Milton Santos, que em um de seus textos nos alertava sobre a importância do território como o espaço no qual as ações e emoções humanas se manifestam plenamente. É uma poderosa afirmação que nos lembra que cada lugar carrega consigo a história e a cultura de quem nele habita.

Retomando Bruno Jean, em sua análise de 2015, Dallabrida complementa essa ideia ao afirmar que um território só ganha vida quando é nomeado e reconhecido. Isso não é apenas um exercício de nomenclatura, mas sim o início de um processo de identificação que molda tanto a identidade individual quanto a coletiva. Essa perspectiva leva-nos a perceber que o território não é apenas um espaço físico, mas um verdadeiro tecido social, repleto de laços e interações que vão além de suas características naturais.

Neste capítulo, então, o autor propõe-se a explorar quais características definem um território, apoiando-se em uma série de publicações que enriquecem sua argumentação. O que se destaca é a defesa de uma abordagem territorial que transcenda as análises tradicionais, muitas vezes limitadas a recortes setoriais ou disciplinares. Essa abordagem integrada é essencial para entendermos a complexidade das realidades socioeconômicas, culturais e ambientais, uma vez que possibilita que reconheçamos que cada uma dessas dimensões está interligada e interdependente.

O capítulo nos instiga a ver o desenvolvimento de uma maneira mais holística, em que as interações sociais, as condições econômicas e as características ambientais se entrelaçam. Ao propor essa nova perspectiva, o autor sugere que consideremos que o desenvolvimento não deve ser apenas medido em termos econômicos, mas também pela qualidade das relações e pela construção de identidades locais. Essa é uma contribuição valiosa para o campo, que nos encoraja a buscar soluções mais sustentáveis e inclusivas para os desafios contemporâneos.

Por fim, o Capítulo 10, intitulado *Palavras finais*, encerra o livro com uma chamada à reflexão profunda sobre o que realmente significa “desenvolvimento”. O autor inicia com a convicção de que sua obra é uma contribuição valiosa, não apenas para acadêmicos, mas também para estudantes e cidadãos em geral, que muitas vezes ainda confundem desenvolvimento com crescimento econômico. Essa distinção é fundamental, como mencionado anteriormente, e o autor faz um apelo para que o conteúdo deste livro seja discutido em todas as salas de aula, desde a Educação Infantil até a Pós-Graduação. Ousamos afirmar que a leitura desta obra teria impactos transformadores, pois introduz conceitos essenciais para uma compreensão mais ampla e sustentável do desenvolvimento!

Além disso, o autor leva-nos a refletir sobre a ideia de utopia, não como um sonho distante, mas como uma possibilidade real que pode ser alcançada por meio de novas formas de organização socioeconômica e política, sempre respeitando as necessidades da população e do meio ambiente. Essa visão é inspiradora e nos mostra que é possível sonhar com um futuro melhor, desde que tenhamos a coragem de agir.

O capítulo também destaca as valiosas contribuições de Celso Furtado, que nos alertou sobre a desconexão histórica entre crescimento e desenvolvimento no Brasil. Furtado enfatiza em suas publicações que o verdadeiro desenvolvimento é resultado de um “projeto social subjacente”, construído de baixo para cima, e que a ação do mercado sozinha não é suficiente. A retomada das ideias de Furtado é um lembrete poderoso de que o desenvolvimento exige planejamento e intencionalidade!

Por fim, Dallabrida reforça que a falta de atenção aos alertas científicos pode levar a catástrofes sociais, como as que já presenciamos em várias partes do mundo. Essa afirmação ressoa profundamente, fazendo-nos questionar sobre o que estamos dispostos a fazer para evitar tais tragédias no futuro. É um chamado à ação, que nos encoraja a ouvir e valorizar o conhecimento produzido nas universidades.

Ao concluir, o autor convoca-nos a repensar nossa compreensão sobre desenvolvimento e a imaginar outros modos de estar no mundo que priorizem o bem-estar social, econômico e ambiental. Essa mensagem de esperança e compromisso é um convite a todos nós para construirmos um mundo mais justo e sustentável.

Assim, “*Desenvolvimento, ser ou não ser, eis a questão!*” é uma convocação para repensarmos criticamente as bases do que entendemos por progresso e crescimento. Com referências teóricas robustas, mas em uma linguagem acessível, o livro desafia o leitor a questionar o *status quo* e a se envolver em um processo de resignificação do desenvolvimento, com foco no território e na complexidade das relações humanas.

Recomendamos a leitura!

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

